

Governo retoma negociação com credores

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O Brasil retoma as negociações com os bancos credores internacionais na terça-feira da próxima semana, em Nova York, um dia depois de ter entregue a carta de intenções para um acordo do tipo "stand-by" ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, que estará em Brasília na segunda-feira, em sua primeira viagem oficial ao País.

Hoje, o negociador da dívida externa, Pedro Malan, parte para os Estados Unidos levando a posição brasileira com relação à contraproposta apresentada pelos bancos credores em outubro.

"Vamos preparados para discutir com os bancos todos os pontos, inclusive a

questão dos juros", atestou ontem a este jornal Pedro Malan, referindo-se à parcela de 70% dos juros vencidos este ano e que estão sendo retidos no Banco Central à espera de uma definição sobre uma forma de pagamento que não pressione as reservas internacionais do País. Também os juros que vencem no ano que vem, durante o período em que perdurarem as negociações com o comitê assessor da dívida, deverão ser tratados na mesa de negociações com os bancos.

O negociador informou a este jornal que 25% dos recursos a serem desembolsados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) dentro do acordo do tipo "stand-by", envolvendo cerca de US\$ 2 bilhões, serão usados como garantias ("enhancements") aos bô-

nus do processo de securitização da dívida velha. Também serão utilizados para efeito de garantias 10% dos recursos que foram desembolsados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamentos a projetos de desenvolvimento ou empréstimos setoriais ao Brasil.

GARANTIAS

Do Banco Mundial e do BID, a programação inicial previa a possibilidade de se contabilizar como garantia para o acordo com os credores US\$ 630 milhões, o equivalente a 10% do cronograma de desembolsos traçados para os próximos três anos e que representa cerca de US\$ 6,3 bilhões, somando ambos os organismos. Agora, com a perspectiva de o País obter empréstimos setoriais de somas elevadas e rápido desembolso junto àqueles organismos, fica ampliado o potencial de recursos que poderá ser usado como "enhancement" para lastrear o acordo com os bancos. Malan considera, no entanto, prematura qualquer estimativa com relação ao valor das garantias e adianta que vai justamente definir com os credores quais os bônus passíveis de receber "enhancement".

"Dos seis instrumentos em discussão", disse ele, fazendo referência aos títulos que estão sendo negociados com o comitê e nos quais o País pretende transformar a dívida velha, "três não têm qualquer tipo de garantia", lembra Malan. De fato, a proposta brasileira apresentada aos bancos não

prevê garantias para o "new money bond" (tipo de bônus que atrela o ingresso de 25% como "dinheiro novo" para cada valor da dívida velha securitizado), e nem para os dois tipos de bônus cujo perfil de pagamento de juros obedece a uma escala gradativa e que são conhecidos como TIB I e TIB II.

O governo brasileiro aceita, no entanto, discutir com os bancos credores as garantias com relação aos demais três tipos de bônus: o "par bond" (que na proposta original seria trocado pelo valor ao par da dívida velha mas teria juro fixo de 4,2% ao ano), o "discount bond" (que tem juros de mercado mas seria trocado com um desconto de 37,5% conforme o governo propôs no início da negociação) e uma nova opção, que surgiu como proposta dos próprios bancos credores e que o Brasil aceita discutir.

Trata-se, segundo Malan, de um instrumento do tipo "step up bond", com juros crescendo gradativamente até o sexto ano, quando então passaria a acompanhar os juros de mercado. Os bancos pleiteiam "enhancement" para os juros naquele caso, deixando de lado a exigência de garantias para o principal, mas com relação ao "par bond" e ao "discount bond" querem garantias para os juros e o principal, somando US\$ 3,9 bilhões.

Todos aqueles pontos serão rediscutidos com os bancos credores, inclusive o próprio nível do desconto sugerido inicialmente pelo governo no "discount bond". Os bancos contrapuseram um desconto menor, de 32,5%.

No curto prazo, o ponto mais delicado a ser discutido com o comitê de bancos envolve justamente os juros atrasados, de cerca de US\$ 3,5 bilhões equivalente a 70% do valor devido desde janeiro, e que não está sendo pago. Os bancos, conforme apurou neste jornal, querem receber mais do que os 30% que têm sido pagos pelo Brasil desde o início do ano. Falam em 50% dos juros vencidos este ano, mas aceitam receber a diferença em "cash" (dinheiro vivo) em parcelas. Os restantes 50% dos juros retidos em 1991, sugerem os credores, seriam transformados em um bônus do tipo que envolveu o acordo dos atrasados, no valor de US\$ 8 bilhões, até dezembro do ano passado, o que são conhecidos no mercado como "Jorio-bond". Aquele acordo foi fechado pelo antigo negociador, embaixador Jório Dauster.

O governo vai entrar nas discussões sobre os juros aberto a um entendimento e já se sabe que as projeções do balanço de pagamento para 1992, negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), contemplam algum pagamento de juros aos bancos credores internacionais.

Outro aspecto a ser discutido com o comitê de credores, nesta nova etapa de negociações, envolve a solicitação colocada por alguns bancos credores que querem manter intocáveis os termos do acordo assinado em 1988, envolvendo o "new money trade deposit facility". Este se desdobra em três: o "parallel finance", o "co-finance agreement" e o "new money trade" que permite a conversão

em investimento de risco pelo valor ao par do papel.

Pedro Malan disse ontem a este jornal que está disposto a discutir a questão, mas reafirmou que o governo só admitirá o uso dos créditos bancários externos para conversão dentro do programa de privatização do País. A regra em vigor prevê, ainda, que os títulos de crédito a serem usados como moeda de privatização estão sujeitos a uma taxa de desconto fixa de 25%.

RESPOSTA EM JANEIRO

O negociador não quer definir datas, mas indica que não espera uma conclusão do processo de negociação com os bancos credores privados no curto prazo. Na verdade, o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) só dará uma resposta definitiva em janeiro ao pedido de acordo do tipo "stand by", conforme a expectativa atual, e não se imagina que o País possa firmar um entendimento em princípio com o comitê de bancos antes da aprovação formal do FMI.

Malan retomará os entendimentos com os bancos no comando de uma equipe composta pelo chefe do Departamento Jurídico do Banco Central, Luiz Carlos Sturzenegger pelo chefe do Departamento da Dívida Externa, Sergio Ruffoni; pelo diretor-adjunto do Tesouro Nacional, Álvaro Manoel; pelo assessor do Ministério da Economia para dívida externa, Paulo Barbosa, e pelo assessor do Banco Central, Helio Mori. Não há prazo definido para a permanência da equipe negociadora em Nova York.